

Entrevista com o professor José Geraldo Vinci de Moraes (USP)

ENTREVISTADOR: EVERTON VIEIRA BARBOSA^a

^a Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, campus de Niterói.
E-mail: semusico@hotmail.com

Em uma entrevista gentilmente cedida à revista *Geografia e Pesquisa*, o professor e pesquisador José Geraldo Vinci de Moraes comentou sobre sua trajetória acadêmica, suas impressões sobre o panorama da educação brasileira e dos livros didáticos produzidos no país e sobre a dedicação às pesquisas que envolvem os sons, as sonoridades, as escutas e a música. Ele ainda apontou alguns cuidados e caminhos aos historiadores que trabalham com aparelhos tecnológicos e mídias eletrônicas e avaliou as contribuições e os desafios que a cultura digital – como meio para a criação, divulgação e preservação da música – podem proporcionar aos pesquisadores.

Professor de metodologia e teoria da História da Universidade de São Paulo desde 2003, José Geraldo Vinci de Moraes é editor da *Revista de História* (2013-2017), coordenador do Grupo de pesquisa do CNPQ “Entre a memória e a História da música” e membro do Ludens-USP (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas). Com pesquisas sobre a História da cultura brasileira, a cultura musical e a escuta dos sons, o professor *Zé Geraldo* (como é conhecido pelos alunos e colegas) possui vários artigos científicos, capítulos de livros e livros. Dentre eles, destacamos: *Sonoridades paulistas: A música popular na cidade de São Paulo (Fim do século XIX – Início do século XX)*, publicado em 1997, resultado de sua dissertação de mestrado; *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular em São Paulo (anos 30)*, publicado em 2000, resultado de sua tese de doutorado; e *História e música no Brasil*, publicado em 2010, livro organizado pelos professores José Geraldo Vinci de Moraes e Elias Thomé Saliba (USP).

Professor José Geraldo Vinci de Moraes, eu e a revista *Geografia e Pesquisa* gostaríamos de

agradecer a disponibilidade em conceder esta entrevista e expressar nossa satisfação em tê-lo como entrevistado. Para iniciar esta entrevista, o senhor poderia relatar brevemente sua trajetória acadêmica?

Zé Geraldo: Sou formado em História pela PUC-SP em uma época bem interessante e muito viva. A universidade no começo dos anos 1980 era um incrível polo cultural, intelectual e político, acontecia de tudo por ali: desde manifestações dos movimentos sociais e políticos bem engajados até as experiências culturais mais malucas e alternativas com dezenas de atividades ocorrendo ao mesmo tempo. A maioria dos cursos tinha muito bom nível, inclusive o de História. Por essas razões, ela era uma universidade engajada, academicamente séria, mas ao mesmo tempo muito alegre e viva, sempre “abarrota-da” de todo tipo de gente, sobretudo durante o período noturno, curso que frequentei já que trabalhava durante o dia. Lá fiz meu mestrado orientado pelo professor Elias Saliba que orientou também meu doutoramento já na USP, ambos em torno da música popular na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX.

Assim que concluí o curso me tornei professor concursado do sistema estadual de ensino (em uma escola no Jardim São Luiz, na zona sul de São Paulo) e também fui professor de escolas particulares. Nos colégios privados tive uma vida profissional variada, pois fui professor de escolas precárias localizadas em Santo Amaro, onde cresci, passando pelas alternativas, como o Colégio Equipe, e também as tradicionais, como o Colégio Rio Branco. Fui professor nesta dupla condição (escola pública e privada) por anos, o que me deu uma rica experiência prática e a percepção da riqueza e multiplicidade das experiências educativas e humanas.

Gradativamente ingressei no ensino superior: de maneira instável na PUC e outras pequenas faculdades, e depois por meio de concurso na UNESP em 1995. Na UNESP infelizmente vivi uma situação sinistra em um centro em formação (Baixada Santista), aprendendo muito com as mazelas e desvios do serviço público. Sem identidade acadêmica e cultural, ele era dirigido de modo destrambelhado e autoritário, encoberto por certo verniz político e sob a proteção injustificável da reitoria. Diante dos evidentes descabros e distorções, felizmente o centro não resistiu – e junto com ele desapareceram do mundo acadêmico diretores e o reitor – dando lugar, finalmente, a cursos regulares de graduação e sentido público e social àquele núcleo do litoral. Tentando escapar deste panorama absurdo, durante dois ou três anos desta época fui professor no curso de música do Instituto de Artes sediado em São Paulo, onde fui bem recebido. Logo depois fiz uma pesquisa de pós-doutoramento supervisionada pela professora Maria Odila e em 2003 ingressei na USP, prestando concurso para a disciplina de metodologia da História, onde estou até hoje.

Diante de uma grande quantidade de livros didáticos escritos/organizados/publicados/vendidos, é possível dar um panorama da realidade brasileira, enquanto país comprador/consumidor deste material?

Zé Geraldo: Comecei a escrever livros didáticos quando ainda era professor do Ensino Médio a convite de um colega professor que trabalhava na antiga editora Atual, que era uma editora bem interessante que começava a crescer e procurava novos autores com novas posturas. Desde os anos 1990 vivo neste universo e convivo com as várias mudanças que ocorrem nesta área sem, no entanto, ter me tornado um autor profissional, no bom sentido do termo.

De modo geral, creio que de lá para cá a qualidade dos livros didáticos melhorou bastante, tanto do ponto de vista dos conteúdos quanto do editorial. A profissionalização das equipes neste campo foi evidente, criando a possibilidade da produção de obras de ótimo nível, mesmo sofrendo o preconceito costumeiro da universidade, os conteúdos e os livros melhoraram de maneira evidente. Isto ocorreu muito em razão dos sistemas de avaliação externa criados pelo MEC nos anos 1990, cuja intenção era ao mesmo tempo orientar os conteúdos das escolas e, sobretudo, controlar positivamente a compra de livros

didáticos pelo Estado. Neste contexto, as universidades públicas foram obrigadas a participar ativamente fazendo a análise crítica das obras.

Esse me parece um caso bem-sucedido de política pública moderna e transparente em que o Estado é indutor, sem que necessariamente intervenha nos conteúdos e resultado final. É claro que esse processo gerou também distorções, uma vez que o volume de dinheiro envolvido na aquisição das obras se tornou gigantesco, isso atraiu editoras e autores com interesses unicamente comerciais que passaram a escrever livros direcionados ao “sucesso editorial”, uma vez que o retorno financeiro de direitos autorais é enorme. Por outro lado, algumas editoras formaram equipes de autores anônimos especialistas para alavancar as vendas e evitar o custo com pagamento de direitos autorais, outras ainda produziram obras com sistemas de ensino “muito bem amarrados” pedagogicamente para facilitar e agradar aos professores e garantindo sucesso editorial. Deste modo, formou-se um panorama que creio seja normal: livros bons e ruins que são escritos e apresentados para a escolha do professor.

Depois de duas décadas, talvez seja o momento de reavaliar e reorientar com cuidado todo esse processo, sobretudo porque se tornou um mercado em que participam com vigor apenas as grandes editoras com capacidade de se mobilizar no país todo. Assim, tomam à frente os livros que são apoiados por um grande e forte esquema de divulgação em todo o país.

Durante a elaboração dos livros didáticos, quais foram as suas preocupações e das editoras a respeito do conteúdo abordado? Houve divergência/tensão/acordo/cessão naquilo que foi publicado?

Zé Geraldo: Creio que em todo o universo editorial, sem exceção, aparecem divergências, tensões, acordos e cessões, a relação entre autor e editor(a) nem sempre é tranquila. No caso dos livros didáticos aparecem algumas especificidades: sempre há, por exemplo, – dependendo da época e das circunstâncias – temas da “moda” ou então temas “tabus” impostos pela sociedade, pelos editais do MEC e, conseqüentemente, pelas editoras que obrigam os autores a seguirem certa direção.

Nos últimos tempos os editais apareceram de forma, digamos, um tanto “esquizofrênica”: eles deixam transparecer uma vontade inconfessável de condução

excessiva, mas sem clareza dos objetivos e caminhos a serem trilhados, o que na prática criou uma tremenda desorientação. As tensões geradas foram inúmeras, com restrições de uso de palavras, conceitos, temas e assim por diante. Um caso bem estapafúrdio foi o da exigência de uso de itens digitais nos livros didáticos sem que o MEC tivesse a mínima ideia do que era isso, como eles deveriam ser apresentados, as questões tecnológicas envolvidas na produção e no acesso dos alunos, quais as contribuições e limites pedagógicos, como deveriam ser avaliados e assim por diante, criaram uma situação inaudita a tal ponto que foram obrigados a desconsiderá-los. Bom, infelizmente essa “esquizofrenia” foi a característica do MEC de maneira geral nos últimos anos e não seria diferente com relação ao livro didático, não é mesmo?

Como o senhor vê o ensino de História dentro da área de História: Tem um espaço conquistado? Os programas de pós-graduação incluem a vertente nas linhas de pesquisa ou é uma área ainda ligada à Educação?

Zé Geraldo: Bom, não sou professor e pesquisador desta área de ensino. Essa é uma pergunta que deveria ser dirigida a quem atua e tem interesse neste campo. De maneira bem impressionista, talvez eu possa dizer que hoje em dia a situação é um pouco melhor: tenho a impressão de que os preconceitos mútuos parecem que vão sendo vencidos, assim espero. No nosso curso de História na USP há preocupação evidente com a formação destinada ao ensino, tanto é que temos disciplinas específicas na grade curricular do bacharelado. Além disso, mesmo que repleto de polêmicas, há também a tradicional disciplina própria de prática de ensino em História no curso de licenciatura na Faculdade de Educação. Isso basta? Creio que não.

Nossos alunos continuam saindo com dificuldades para enfrentar o universo da escola. Não é um problema da área de História, mas geral, as universidades públicas têm que repensar seu papel na formação de professores, elas continuam muito concentradas na produção de pesquisa. A área de educação e práticas de ensino tem suas próprias pesquisas e modos de ser e compreender o conhecimento, voltados para a prática do ensino de crianças e jovens. Talvez apontar para a vocação de cada faculdade, ou até mesmo das universidades, ao invés de tentar impor um modelo único que tente resolver todos os problemas e questões, seja um caminho.

Ter faculdades e universidades de ótimo nível com objetivo central de formar professores e produzir pesquisa nesta área deveria ser motivo de orgulho, essa compreensão de uma universidade que se obriga a tudo está relacionada há um tempo em que o sistema universitário brasileiro era muito restrito. Deste modo, as poucas universidades tinham que obrigatoriamente cumprir todas essas funções, da pesquisa de ponta à formação de professores. Hoje o quadro é outro: o problema é convencer e mover as camadas do poder burocrático universitário, consolidado há anos no sistema.

Como o senhor enxerga o papel da Educação e da História (e/ou a falta dessas) na conjuntura brasileira atual?

Zé Geraldo: Bom, no quadro geral de indignação cultural e ética que vivemos nos últimos tempos ou, parafraseando Euclides da Cunha de “completa involução”, certamente a educação pública foi atingida brutalmente. O Estado foi incapaz de oferecer e orientar minimamente saídas para a educação no século XXI, continuamos apresentando as antigas mazelas e a costumeira incapacidade de resolver minimamente os problemas, agravadas pela inoperância e desorientação que tomou conta do país nos últimos tempos.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, se identifica na sociedade gente boa e comprometida, fazendo coisas interessantíssimas. Infelizmente os atores que fazem parte deste cenário do sistema público estão completamente perdidos e repetem incessantemente, como um mantra, os mesmos jargões, alternativas e projetos, e na maior parte das vezes estão mais interessados nas disputas internas do sistema burocrático.

As greves nas universidades, por exemplo, são talvez um espelho dramático deste quadro: normalmente elas revelam apenas as disputas e interesses políticos dos setores burocráticos e corporativos que se digladiam e o que se escuta nestes conflitos é mais do mesmo! É um conjunto um tanto sombrio e rabugento, que carrega certa melancolia passadista: e muitos deles são jovens (professores, funcionários e, claro, os alunos) que acabam imobilizando as universidades, saturando professores e alunos mais arejados e criativos que se veem acuados, combatidos e, infelizmente, no final das contas, amargurados.

Já o Ensino Médio continua sem identidade e direção, cada novo governo (ou ministro) que aparece faz tabula rasa das discussões e conquistas anteriores

e pretende fundar o novo mundo! A discussão sobre a BNCC seguiu um pouco nesta direção: a atuação de setores engajados na burocracia e sistemas de poder acabaram produzindo um documento completamente desorientado na área de História, criticado pelo único ministro da educação interessante e interessado que tivemos na última década (não foi por acaso que ele não resistiu). Produzido neste contexto, bem provavelmente a BNCC será mais um documento formal que cairá no vazio, seguindo nossa larga tradição cultural, destacada por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, do excessivo formalismo legal sem substância social.

Atualmente se articulam mudanças para o Ensino Médio, sugerindo maior flexibilização nas disciplinas e jornada integral. Sou amplamente favorável a essas duas concepções, porém, é preciso avaliar direito como será isso na prática, do contrário, teremos uma escola pública desorientada, frágil e débil, não mais em tempo parcial, mas em tempo integral!

O panorama não é animador neste contexto de indigência cultural e ética geral que salientei. Não temos, por exemplo, nem mesmo uma liderança intelectual e política como houve no passado com autoridade intelectual (mesmo que para discordar dela), capacidade de articulação e respeito para assumir a direção de um debate sério em torno da questão. Em contraposição, vejo uma série de ONGs, algumas delas importantes, mas outras bem questionáveis, assumindo a liderança das discussões em torno das prioridades, das práticas e conteúdos da educação. E nem vou me referir aos partidos políticos, sem exceção alguma, cuja credibilidade e falta de liderança para tratar destas questões é nula, não obstante aparecer como tema nas campanhas políticas.

Assim, ficamos encalacrados, com dificuldades para sair do lugar, parece que de fato vivemos em um daqueles períodos geracionais de certa limitação. Infelizmente isso acontece. Para usar uma metáfora futebolística muito comum, eu diria que nos últimos anos “o plantel não é bom”, o que faz o país passar por uma “fase ruim”. Creio que teremos que esperar uma nova geração para sair deste impasse.

Dentre as linhas de pesquisa trabalhadas, há uma atenção pelos esportes, atividades lúdicas e futebol em São Paulo, além de o senhor fazer parte do Ludens (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas).

O que o levou a desenvolver estudos nesta área, e como elas se apresentam atualmente para a historiografia brasileira?

Zé Geraldo: Bom, o Ludens é bem o caso de que há setores criativos, arejados e alegres na universidade. Ele reúne alunos, professores e pesquisadores entusiasmados com o tema e as pesquisas que não se limitam apenas ao futebol que, no entanto, certamente tem papel central. O objeto já deixou de ser interesse exclusivo da crônica esportiva e não sofre mais tanto preconceito no mundo acadêmico.

Houve circunstâncias favoráveis para seu surgimento que associou as transformações historiográficas internacionais em torno do tema (estudos sobre o corpo, lazes e tempo livre, novas sociabilidades urbanas, esportes etc.), interesse de alguns intelectuais em colocar o futebol na agenda de discussão para a compreensão da sociedade brasileira (como, por exemplo, Roberto da Mata e Zé Miguel Wisnik), a universidade reconheceu sua importância e até surgiu o empenho de setores públicos de incluí-lo nas políticas de memória (como o ótimo Museu do Futebol), até os três megaeventos esportivos (Copa, Olimpíadas e Paralimpíadas) colaboraram de modo indireto para produzir esse contexto favorável.

Creio que o Ludens está no eixo disso tudo, assim como outros centros e núcleos que existem no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro, no sul do país, entre outros. Mas na verdade eu sou apenas um entusiasta curioso do assunto e colaboro como posso, meu interesse pelos esportes em geral e pelo futebol em especial sempre foi muito mais como praticante permanente. Jogo desde muito jovem e me mantenho em atividade até hoje. Os pesquisadores de fato são professores como Flávio Campos (USP) e Luiz Henrique Toledo (UFSCar), entre outros tantos colegas: eles desenvolvem investigações neste campo, organizam curso de pós-graduação e extensão, reúnem os colegas de outras universidades e áreas associadas (como antropologia, educação física, pedagogia, sociologia e assim por diante).

São eles realmente os articuladores e condutores deste processo; eu apenas ajudo no centro e oriento alguns trabalhos que julgo interessantes. Destaco aqui, por exemplo, dois deles premiados fora e dentro da universidade, como um ótimo doutorado sobre os primórdios do futebol na cidade de São Paulo e um excelente mestrado sobre a “Tiririca” (uma espécie de capoeira paulistana) e o samba de engraxates paulistanos. Ambos

podem ser acessados pela rede, mas já estão editados como livro.

Enquanto pesquisador, o senhor tem dado atenção aos sons, sonoridades, às escutas e à música. Quais elementos e dilemas existentes neste campo do conhecimento? A interdisciplinaridade pode ser um caminho possível para articular este campo na pesquisa histórica?

Zé Geraldo: Esta sim é minha área de pesquisa! É neste território que desenvolvo minhas investigações, escrevo, realizo cursos de pós-graduação e extensão, formo alunos e assim por diante. Como se percebe, não me ajusto muito bem aos temas que formam o *establishment* institucional da historiografia! Isso às vezes cria dificuldades.

Bom, este é um território ainda em formação, mas que avançou muito no Brasil a partir dos anos 1990. Fiz uma pesquisa quantitativa sobre o assunto que está na página de meu grupo de pesquisa (www.memoriadamusica.com.br) que revela o crescimento de dissertações e teses defendidas nos cursos de História de todo o país a partir desta década, isso significa que o tema deixou de ser apenas um assunto dos críticos e especialistas geralmente originários do jornalismo e se consolidou entre os historiadores acadêmicos.

Muitas delas trouxeram contribuições imensas para a compreensão da cultura do país, apontaram para caminhos criativos e assim por diante, no entanto, curiosamente, essa pesquisa revela também como ao mesmo tempo foram sendo criadas áreas de interesses por onde as pesquisas circulam: por exemplo, é prevalente o interesse pela música popular, mais especificamente pelo samba e MPB, e pelos anos 1930 e 1960-1970, como se sabe, grandes marcos da nossa cultura musical. Sem querer me alongar demais na questão, provavelmente esse quadro é produto, entre outras coisas, da postura do *fanscholar*, que pretende estudar seus autores ou gêneros mais queridos (a princípio não vejo problema nisso, desde que o fã não se sobreponha ao pesquisador).

Desta perspectiva, todo mundo podia orientar ou pesquisar sobre o assunto: bastava ter a sincera simpatia e gosto por ele. Esse panorama acabou por estabelecer uma espécie predominante de “historiografia da música popular” fundada nos autores e/ou gêneros (bem coisa de fã, não?), seguindo curiosamente os moldes da História da música erudita, deixando de lado outras

dimensões do mundo e da cultura sonora, musical e de escuta do mundo. Esse quadro acaba revelando também certa preguiça epistemológica e metódica dos historiadores, uma vez que as fontes, as discussões teóricas e a bibliografia sobre esses temas já estavam mais ou mesmo estabelecidas e até mesmo consagradas por aquela antiga historiografia formada por críticos e jornalistas. Então por que arriscar-se?! Essa atitude infelizmente fossilizou prematuramente um território ainda em formação e que precisa agora se ampliar e ser um pouco mais criativo.

Entretanto, percebo que o *boom* de investigações sobre o assunto diminuiu um pouco, talvez como uma forma exatadamente de se recolher para repensar e arriscar mais outros temas, objetos, e também pelas exigências que começaram a aparecer para trabalhar com o assunto, uma vez que as discussões começaram a se aprofundar.

Em sua visão de historiador e pesquisador da música, como caminha a historiografia internacional e brasileira a respeito da História da música?

Zé Geraldo: Creio que é preciso, antes de qualquer coisa, diferenciar História da música e a música na História. A História da música tem uma longa tradição que se estabeleceu no século XIX associada à musicologia, às vezes confundindo-se com ela, e que trata estritamente da música de concerto ou da música erudita, reconhecendo aqui ou ali certa “música do povo”, entendida como folclórica. Esta é uma rica tradição com a qual temos que obrigatoriamente nos relacionar e compreender.

Além dela, ou melhor, tentando escapar dela, a etnomusicologia aparece na segunda metade do século XX – saída da musicologia comparada – como uma forma de compreender, analisar e contar outros tipos de música: a ágrafa, a popular, a do povo, a “do outro” etc. Poderia lembrar também que, a partir dos anos 1990, apareceu um forte movimento, originário dos estudos culturais e áreas da comunicação e ramos da musicologia, que pretendia estabelecer parâmetros e métodos de uma “História da música popular”, distanciada da História da música, do folclore e da etnomusicologia. Ele fundou associações, organizou congressos e lutou para formar um campo próprio, com conceitos, métodos e até disciplinas universitárias. E bem mais recentemente se

formaram campos como do *sound studies* ou da História da escuta ou da auralidade.

Agora, creio que a preocupação dos historiadores de ofício com os sons e a música é bem diferente, embora tenham que obrigatoriamente levar em conta essas outras dimensões e manter vivo o diálogo com elas, infelizmente ela é tardia, pois a historiografia é tradicionalmente surda. A dinâmica dos estudos historiográficos internacionais que se preocupam com os sons e a música é muito semelhante àquela do Brasil que explicitarei logo anteriormente: o crescimento ocorreu a partir dos anos 1990 e seu andamento foi muito lento. Em muitos casos avançamos muito mais, talvez em razão da centralidade que a música, sobretudo a popular, tem em nossa sociedade.

Os estudos teóricos e as pesquisas eram rarefeitas: alguma coisa criativa, por exemplo, foi produzida nos limites da “História das sensibilidades”, como os trabalhos interessantíssimos de Alain Corbain (1994) e J.-P. Gutton (2000) que se basearam no conceito de “paisagem sonora” do musicólogo canadense Murray Schafer (anos 1970). No século XXI, a historiografia ganhou nova dinâmica abrindo franco diálogo com a antropologia sonora (escuta do mundo), com a musicologia (os debates sobre a escuta e a aurabilidade originárias no *sound studies*) e a comunicação (História das técnicas da fonografia e da radiofonia).

O que julgo atualmente interessante também são as discussões sobre a “escuta dos sons do passado”, todos os sons, da música aos ruídos e sonoridades. Obviamente esse é um debate que interessa a nós historiadores de perto, seja do ponto de vista da compreensão desta escuta no passado e as formas metódicas de se chegar a eles. Por exemplo, escutar os sons presentes na lógica dos centros urbanos do século XIX, como fez Corbain com os sinos, é bem diferente de escutar a trajetória da obra de certo autor ou gênero musical do mesmo século XIX. Estamos no mesmo universo de escuta do mundo, mas com focos, fontes, interpretações distintas. Então, como chegar a esses sons diferentes e como compreendê-los?

Por sua vez, realizar uma investigação diante da inexistência de registros sonoros mecânicos ou elétricos é bem diferente quando temos esses meios em mãos. Portanto, derivada desse debate aparece outra preocupação que considero fundamental: como se aproximar dos registros gravados e como escutá-los como fonte. A tradição metódica da historiografia está centrada no método crítico da fonte escrita e conhecemos a riqueza e, sobretudo, as distorções criadas por ela, temos que

inventar uma forma de escutar as fontes que seja suficientemente maleável e criativa. Creio que essas discussões todas interessam de perto os historiadores preocupados com o universo sonoro de maneira geral.

Diante da inúmera diversidade de aparelhos tecnológicos e mídias eletrônicas surgidas nos séculos XX e XXI capazes de (re)criar / gravar / registrar / e(trans)mitir / (re)produzir todo tipo de sonoridade, quais cuidados a tomar e caminhos a seguir o senhor apontaria aos historiadores e demais estudiosos que trabalham ou que gostariam de trabalhar com estes meios como objeto/fonte de pesquisa?

Zé Geraldo: Acho que alguma coisa já está respondida na questão anterior. E é sempre bom lembrar que os instrumentos musicais também são mediadores sonoros e que comportam algum tipo de tecnologia na sua confecção: do tambú aos sintetizadores!

De qualquer maneira, saliento que as escutas mediadas por meios técnicos e suas máquinas surgidas no final do século XIX, materializaram uma profunda mudança nas experiências humanas e na escuta do mundo. De tal modo que ela foi, digamos, naturalizada, ou seja, elas se entranharam de tal maneira em nossas vidas que deixamos de perceber sua existência cotidiana: ninguém se questiona ou reflete no momento de apertar o botão para escutar o rádio ou dar início à circulação de um disco.

O surgimento do mundo e da cultura virtual no final do século XX apresentou uma nova realidade e novas discussões que, em torno dessas questões, (re)surgiram com muito vigor e, de algum modo, serviram também para um retorno aos antigos debates. Vários autores vindos da musicologia, da comunicação e da história têm discutido essa questão não apenas do ponto de vista teórico, mas retornando ao final do século XIX e início do XX para entender melhor as primeiras práticas e escutas dos sons mediados pelo binômio tecnologia-máquinas.

Creio que o restante da questão se responde com a pergunta seguinte.

A cultura digital tem proporcionado novos meios para a criação, a divulgação e a preservação da música. Como o senhor avalia este cenário e quais

as contribuições e desafios para o pesquisador neste contexto?

Zé Geraldo: No ponto de vista do historiador, as transformações foram imensas. Na verdade essa é uma questão bem mais ampla, pois ela alcança todos os historiadores e atinge a narrativa historiográfica e a escrita da História, nos termos de Michel de Certeau. Atualmente há um significativo número de historiadores que debatem esses impactos todos, formando uma área que se entende hoje como História Digital. Eu mesmo, no meu curso de metodologia da História na graduação, apresento alguns temas e questões destas discussões mais atuais, mas as discussões são ainda incipientes.

Dito isso, retorno à questão afirmando que a formação de acervos digitais sonoros com acesso direto pela rede apresentou uma realidade sonora para o historiador jamais vista. Sites oficiais, institucionais, privados, piratas e assim por diante nos apresentam uma multiplicidade e variedade de registros sonoros. Há de tudo! Bom, o que fazer com isso?! Essa é a grande questão que temos que debater teoricamente ao mesmo tempo em que desvendamos os caminhos de nossas pesquisas.

Orientei um trabalho de pós-doutoramento que discute exatamente essas questões e se apresenta em artigo na Revista de História (com acesso on-line em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/173/16-Caca-Machado.pdf>). Não há solução teórica completa e mágica, nem modelo metódico rígido a ser seguido, sobretudo num campo novo repleto de fragilidades como esse dos sons e das escutas. Aqui não há como não recordar de Carlo Ginzburg sobre nossos dilemas historiográficos: devemos assumir um estatuto frágil para chegar a resultados

relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados sem relevância?

Recentemente o senhor realizou um pós-doutorado na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense, na França. Poderia nos contar como foi este período de pesquisa?

Zé Geraldo: Foi excelente do ponto de vista acadêmico e pessoal. Viver na cidade de Paris realmente é muito bom: ela é bonita, funciona e seu sentido público é extraordinário, além de que o parisiense cuida e sabe viver e usufruir muito bem dela. A França ainda é um país incrível para nós historiadores, sobretudo aqueles interessados pela História cultural. Embora as estruturas das universidades tenham decaído materialmente se comparadas às dos EUA e Inglaterra, o debate ainda é arejado e interessante. As bibliotecas e acervos tem um funcionamento público incrível, não obstante certa burocracia, presente em toda vida francesa, aliás, nossa burocracia acadêmica seguiu o exemplo francês.

Agora, mesmo nestes contextos positivos, sempre aparecem dificuldades cotidianas, pessoais e estruturais. Geralmente sempre sentimos muita falta do mundo em que fomos criados e onde estão nossas referências sociais e afetivas. Neste sentido, impossível não recordar Antônio Carlos Jobim, quando instado a comentar sobre sua experiência de viver nos EUA. Para revelar esses dilemas e contradições que vivia naquela época, disse: “aqui (EUA) é muito bom... Mas é ruim (não foi bem esse o adjetivo que usou...). Aí (Brasil) é ruim (idem), mas é muito bom!”